

996 - PLANEJAMENTO DO SANEAMENTO RURAL NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DO PLANO PLURIANUAL NO PERÍODO DE 2020 A 2024

Suzana Pinho Lima Machado⁽¹⁾

Assistente social (UECE), especialista em Gestão Pública (UNICHRISTUS) e mestre em Avaliação e Políticas Públicas (UFC). Servidora pública da Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará, atualmente no cargo de Gerente de Monitoramento e Controle do Programa Águas do Sertão.

Danielle Ferreira de Araújo Galvão⁽²⁾

Engenheira Agrônoma (UFC), especialista em Saúde Ambiental e Saneamento para Comunidades Rurais (UNIVASF), especialista em Políticas Públicas para Cidades Inteligentes (USP), mestre em Irrigação e Drenagem (UFC), doutora em Engenharia Agrícola (UFC e Universidad de Valladolid), servidora pública da Secretaria das Cidades do Ceará, ocupando o cargo de Orientadora da Célula de Planejamento do Saneamento da Coordenadoria de Saneamento (COSAN).

Marcela Sousa da Silva⁽³⁾

Assistente social (UECE), especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais (UECE), mestre em Avaliação e Políticas Públicas (UFC) e doutoranda de Políticas Públicas (UECE). Servidora da Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará, atualmente na função de Assistente Técnica, lotada no Programa Águas do Sertão.

Ana Roberta Martins de Almeida Xavier⁽⁴⁾

Assistente Social (UECE), especialista em Saúde da Família (UFC). Servidora pública da Secretaria das Cidades do Ceará, atualmente na função de Assistente Técnica, lotada na Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP).

Rebeca Santos Lima de Wilson⁽⁵⁾

Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em Saúde Ambiental e Saneamento para Comunidades Rurais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Servidora pública cedida à Secretaria das Cidades, atualmente na função de Orientadora de Célula de Água e Esgotos Rurais da Coordenadoria de Saneamento (COSAN).

Endereço⁽¹⁾: Avenida Doca Nogueira, 242 - Centro - Pacajus - Ceará - 62870000 - Brasil - Tel: +55 (85) 98827-2140 e-mail: suzana.lima@cidades.ce.gov.br

RESUMO

Apesar dos avanços legais e tecnológicos, o acesso universal ao saneamento básico permanece um desafio global, especialmente nas áreas rurais. Este estudo analisa o Programa de Governo “Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural” do Plano Plurianual (PPA) do Estado do Ceará, considerando os períodos de 2020-2023 e 2024-2027. A análise, baseada em dados dos sistemas governamentais e relatórios institucionais, revela avanços em planejamento e financiamento, mas evidencia baixa execução orçamentária e física das ações, especialmente em esgotamento sanitário. O modelo de gestão comunitária via SISARs se destaca, com aumento nas ligações ativas. Contudo, o descompasso entre o PPA e os Planos de Saneamento em elaboração compromete a efetividade da política pública. Conclui-se que, embora haja esforço governamental, é urgente alinhar planejamento, execução e gestão integrada para alcançar a universalização dos serviços até 2033, conforme o Novo Marco Legal do Saneamento.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; Saneamento Rural; Plano Plurianual

INTRODUÇÃO

A despeito dos avanços tecnológicos, legais e de planejamento das últimas décadas, 3,5 bilhões de pessoas no mundo, segundo a Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (UNESCO, 2024), ainda não tem acesso a saneamento de forma segura, evidenciando que, longe de representar uma questão de ordem nacional ou regional, o acesso ao saneamento é um problema para o mundo. O mesmo relatório indica o processo desigual de acesso entre as populações urbanas e rurais ao saneamento, uma vez que a cada cinco pessoas que não têm acesso a esses serviços, quatro são de área rural.

Diante do complexo e reiterado cenário de exclusão e desigualdade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a universalização do saneamento é posta como um enorme desafio, uma vez que demandará ainda mais esforços financeiros e de planejamento: conforme relatório das Nações Unidas, “alcançar a cobertura universal até 2030 exigirá um aumento substancial das atuais taxas mundiais de progresso: seis vezes para água potável, cinco vezes para saneamento e três vezes para higiene” (United Nations, 2023, p. 24).

No Brasil, o tema da universalização do saneamento básico, em especial após a edição da Lei n.º 14.026 de 2020, que alterou o Marco Legal do setor, ganha ênfase, demandando respostas por parte dos governos para alcance das metas estabelecidas pela legislação: 99% da população com acesso à água potável e 90% dos domicílios com serviço de coleta e tratamento de esgoto até 2033. A universalização, no entanto, tem caráter ainda mais desafiador, considerando os baixos índices da região Nordeste e as especificidades do contexto rural.

O Novo Marco Regulatório favorece novos arranjos e governança para saneamento, evidenciando que o planejamento é essencial para integração das competências dos diversos entes envolvidos na prestação de serviços. No estado do Ceará, os instrumentos diversos de planejamento relacionados ao saneamento, como Plano Estratégico de Saneamento Básico do Ceará (2022); Planejamento de Longo Prazo (PLP, 2019), instituído pela Lei n.º 18.709 de 2024; e os Planos Plurianuais, devem traduzir o esforço objetivo para as metas de universalização.

OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo analisar o Programa de Governo Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário no Meio Rural, integrante do Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado do Ceará, como esforço inicial de compreender os instrumentos de planejamento para o saneamento. O período de análise compreende os resultados do último PPA (2020-2023) e o planejamento para o próximo quadriênio (2024-2027), posteriores à atualização do Marco Legal do Saneamento Básico. Além disso, realizar uma análise das ações, indicadores e entregas à população, alinhado às metas do novo marco.

METODOLOGIA UTILIZADA

O trabalho baseou-se na consulta e análise dos dados contidos nos relatórios dos sistemas governamentais - Sistema de Monitoramento e Acompanhamento (SIMA) e Sistema de Planejamento e Gestão (SPG), bem como nos relatórios de execução das atividades da Unidade de Gerenciamento do Programa Águas do Sertão (UGP PAS), da Coordenadoria de Saneamento (COSAN) da Secretaria das Cidades (SCIDADES) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP), da Secretaria das Cidades. Além disso, foi realizada a consulta aos relatórios de execução do Plano Plurianual, publicadas pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG). Foram analisados também os dados recentes do saneamento básico no Ceará, através dos estudos de dados estatísticos e relatórios dos sistemas de informação no que se refere ao atendimento de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento crucial de planejamento governamental do Estado do Ceará que estabelece as diretrizes para a implementação de políticas públicas em todo o estado. Este plano é fundamental para orientar as ações da Administração Pública Estadual, assegurando que todas as iniciativas estejam alinhadas com os objetivos de médio e longo prazo do governo.

O PPA do Estado do Ceará baseia-se no modelo de Gestão para Resultados, que busca a obtenção de resultados mensuráveis e o uso eficiente dos recursos públicos. Além disso, possui como premissas: a) a Participação Cidadã, como meio de promover o envolvimento da sociedade civil no processo de planejamento e acompanhamento das políticas públicas, assegurando que as necessidades e demandas da população sejam consideradas; b) o Desenvolvimento Territorial, como estratégia reduzir as desigualdades regionais, promovendo o crescimento econômico e social em todas as regiões do estado; c) Intersetorialidade, visando integrar as diferentes áreas de atuação do governo, garantindo que as políticas públicas sejam coordenadas e complementares; e, d) Promoção do Desenvolvimento Sustentável que busca garantir que o crescimento econômico e social seja realizado de forma responsável, preservando o meio ambiente e os recursos naturais para as futuras gerações.

Sobre sua estrutura, disposto na Lei nº 18.662, de 27 de dezembro de 2023, o PPA está organizado em três bases principais: Estratégica, Tática e Operacional. Na Base Estratégica, destacam-se os Eixos, que organizam a atuação governamental de forma integrada, visando promover o desenvolvimento sustentável do Ceará. Cada Eixo possui um resultado estratégico, mensurado por indicadores de impacto. Os Temas, também partem da Base Estratégica, são desdobramentos dos Eixos em políticas públicas setoriais ou intersetoriais, com resultados e indicadores temáticos específicos. Na Base Tática, os Programas são instrumentos de organização da ação governamental para alcançar os resultados desejados, seja solucionando problemas, atendendo demandas ou aproveitando oportunidades de desenvolvimento. Os programas podem ser finalísticos (geram bens e serviços para a sociedade), administrativos (voltados para o funcionamento da administração estadual) ou especiais (não geram entregas diretas à sociedade ou ao governo). Cada programa finalístico e administrativo possui um órgão gestor responsável pela coordenação, justificativa, público-alvo, objetivos específicos, entregas (bens ou serviços a serem entregues) e valor global (recursos orçamentários e extraorçamentários alocados). Na Base Operacional, as Ações são os atos governamentais necessários para concretizar as entregas dos programas a cada ano do PPA. As ações podem ser orçamentárias (recursos previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA), extraorçamentárias (recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a LOA).

As ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário voltadas para o meio rural no Plano Plurianual (PPA) do estado do Ceará apresentam uma estrutura organizada em eixos, temas, objetivos, indicadores e entregas à população, aliando as respectivas metas e ações orçamentárias para alcançar o que está previsto no Plano de Governo. Busca-se, ainda, articular o planejamento do setor aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao Planejamento de Longo Prazo - PLP do estado, às temáticas transversais sensíveis para grupos historicamente vulnerabilizados, às agendas setoriais e as diretrizes construídas diretamente pela sociedade cearense por meio do processo de planejamento participativo.

O Programa Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário no Meio Rural (no PPA 2020-2024 apresentado com o código 622, e no 2024-2027 com o número 342) tem por objetivo ampliar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, promovendo soluções sustentáveis e eficientes para comunidades rurais. Está contido no eixo O CEARÁ QUE PRESERVA, CONVIVE E ZELA PELO TERRITÓRIO, o tema SANEAMENTO BÁSICO. A coordenação estadual das ações é realizada pela Secretaria das Cidades, tendo também como órgãos e entidades executoras dos programas e projetos: a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), e o Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB). Destaca-se a atuação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) no apoio e assessoria técnica à gestão dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural (SISARs), bem como apoio e delegação dos respectivos municípios nos quais este modelo de gestão do saneamento rural atua.

Dentre os programas e projetos de maior volume de recursos, o Governo do Estado vem executando, por meio da Secretaria das Cidades, o Programa de Saneamento Básico para localidades Rurais do Estado do Ceará: Adaptação às mudanças climáticas - Programa Águas do Sertão, que está sendo implementado com recursos oriundos de Contrapartida Estadual (12,5 milhões de euros), do crédito externo junto ao Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) (50 milhões de euros) e com recursos do Latin American Investment Facility (LAIF), da União Europeia (6,67 milhões de euros), totalizando um recurso disponível para a implementação do Programa de 69,17 milhões de euros. Ademais, o Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf), prevê a implantação, operação e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água em 71 comunidades rurais da região do Cariri. Já na Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), também se encontra em execução o

Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª fase, no valor de 150 milhões de dólares americanos, em parceria com o Banco Mundial. Além disso, são executadas outras intervenções através de recursos próprios do Estado e através do Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB).

Abaixo a descrição dos Recursos Orçamentários por Fonte:

1. 759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS - FESB;
2. 754 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO;
3. 700 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO
4. 501 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS
5. 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
6. 703 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES

Apresenta-se um esquema resumo da estrutura que conecta os objetivos do programa de governo com as respectivas entregas à população, conforme arranjo do PPA 2024-2027:

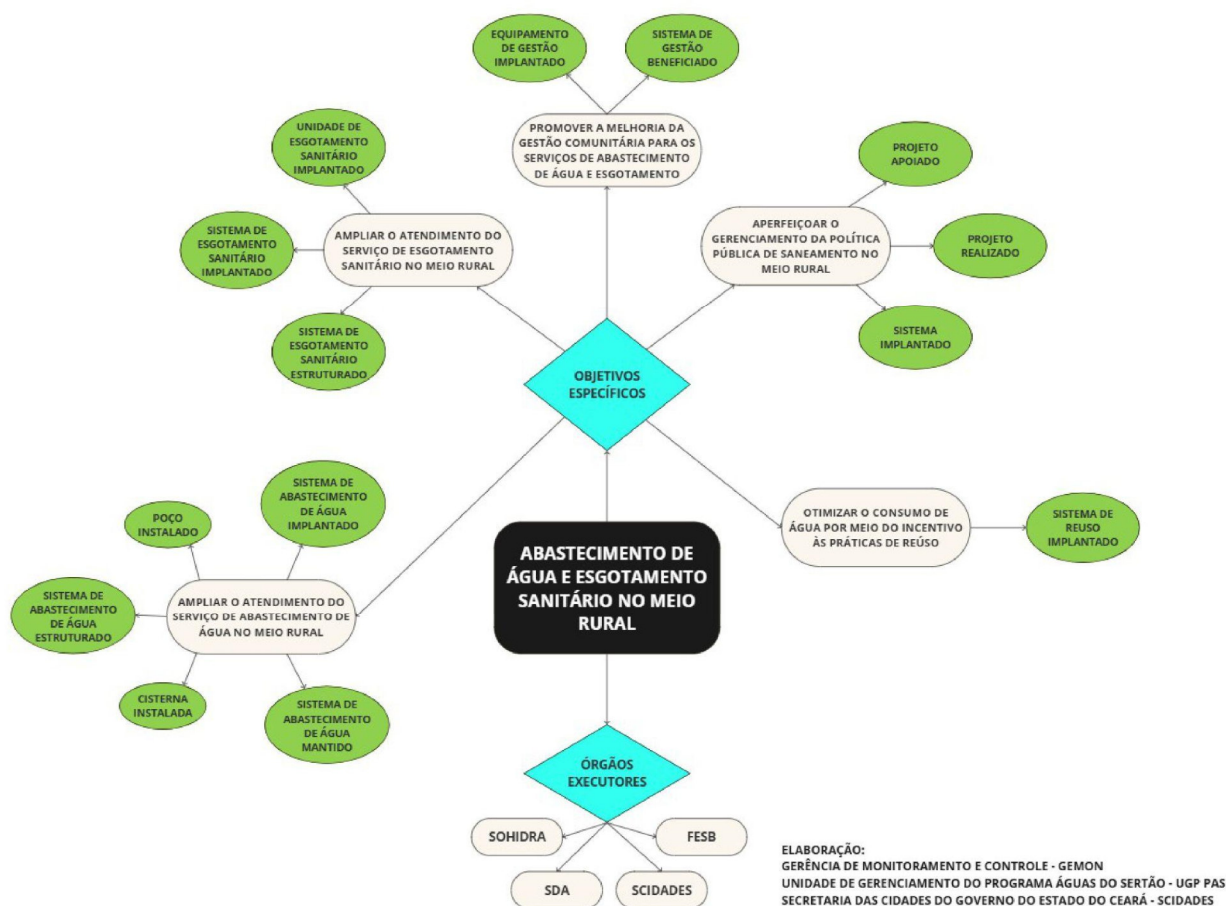


Figura 1: Estrutura do Programa de Governo Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural (PPA)

Entre as ações previstas nos PPAs, para os períodos de 2020-2023 e 2024-2027 destacam-se a implantação de cisternas, poços artesianos e sistemas simplificados de abastecimento de água, bem como a melhoria e ampliação de sistemas existentes para reduzir perdas e aumentar a eficiência operacional. Para esgotamento sanitário, implantação ou melhoria de sistemas, além da implantação de soluções individuais (módulos sanitários). O planejamento estadual prevê, ainda, iniciativas para fortalecer o modelo de gestão comunitária por meio de apoio técnico ao Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) e da construção de suas sedes

próprias. Além disso, os PPAs incluem o incentivo ao reúso da água, com a implantação de sistemas familiares e comunitários que promovam práticas mais sustentáveis.

Outro ponto relevante é a elaboração de estudos e projetos voltados para a melhoria, ampliação e implementação de novas tecnologias nos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário. Com essas ações, o planejamento vem buscando garantir acesso universal a serviços básicos de saneamento no meio rural, fortalecendo a gestão, otimizando os recursos hídricos e promovendo uma resiliência às secas.

Em relação ao planejamento das ações no período entre 2020 e 2023, a meta foi investir o montante de R\$ 559.747.972,00. Nos anos de 2020 e 2021, parte desse recurso foi destinado ao pagamento, por meio de subvenção, de milhares de contas de água de habitantes das zonas rurais, durante a pandemia da COVID-19. No período, exceto construção de módulos sanitários, não foram identificadas outras entregas para atendimento do esgotamento sanitário no meio rural.

Continuando a análise do período em questão, verifica-se que a execução orçamentária se constitui ainda em grande desafio. Em 2022, a SDA empenhou 92,66% do programado, enquanto a Secretaria das Cidades e o FESB conseguiram empenhar, respectivamente, 50,25% e 60,07% dos recursos planejados. Verificou-se ainda que o percentual de entregas executadas foi de apenas 32,75%, e o montante pago, de somente 60,64%, considerando que o valor anual planejado para esse Programa foi de R\$ 207.487.056,85. Outro ano significativo no tocante à baixa execução orçamentária do Programa foi 2023, no qual a Secretaria das Cidades empenhou 36,39%, o FESB empenhou 23,07% dos recursos e a SDA empenhou 43,82%. Ainda em 2023, apenas 19,83%, das entregas programadas no PPA foram efetivadas, ao mesmo tempo que o valor percentual pago foi de apenas 31,26%, correspondendo a R\$ 74.534.236,32. Conforme consulta aos relatórios de monitoramento do PPA, as principais dificuldades para uma maior execução orçamentária referem-se, por exemplo, à baixa execução física das obras, atrasos nos processos licitatórios para início das obras, bem como demora na emissão de licenciamentos ambientais.

Para monitoramento do Programa, nos PPA analisados (2020-2023 e 2024-2027) são utilizados os seguintes indicadores: a) Ligações ativas das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) e, b) Ligações totais das redes de abastecimento de água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar). Conforme Relatórios de Desempenho Setorial da Secretaria das Cidades (2021 a 2023), os indicadores referem-se ao número de ligações em um sistema de abastecimento de água após a sua entrega. É importante notar que considera-se exclusivamente às redes gerenciadas pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). Para fins de definição, uma ligação de água é compreendida como a canalização que conecta o distribuidor público ao hidrômetro ou limitador de consumo. As ligações são categorizadas da seguinte forma: ativas (usuários conectados à rede), suspensas (usuários conectados, mas que não estão contribuindo para o faturamento), factíveis (usuários que têm acesso à rede, mas ainda não realizaram a ligação) e tamponadas (usuários com ligação ativa no passado, mas que foi subsequentemente desativada). Estes indicadores estão sujeitos a mudanças, refletindo as iniciativas em andamento pela SCidades, por meio dos Programas Águas do Sertão (PAS) e do Programa de Integração do São Francisco (PISF), bem como as ações da SDA e do próprio Instituto SISAR. Essas iniciativas visam otimizar e expandir o acesso à água nas áreas rurais, impactando diretamente o número de ligações ativas e o status das demais categorias.

Os indicadores refletem a centralidade que o Governo do Ceará confere ao Modelo de Gestão Comunitário na gestão e manutenção das obras entregues pelo Governo do Estado às comunidades rurais. No período, o número de ligações ativas geridas pelo SISAR cresceu de 176.870 em 2020 para 204.552 em 2023.

No tocante ao PPA 2024-2027 foram alocados R\$ 820.706.952,00, dos quais 0,1% estão sendo executados pela Superintendência de Obras Hidráulicas, 68,67% pela SCIDADES, 9,18% pelo FESB e 22,03% pela SDA. Apesar da expectativa em relação aos prazos previstos no Novo Marco Legal do Saneamento, que firmam o horizonte de ampliação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2033, a baixa execução física e orçamentária é um enorme desafio e também uma alerta para o atual planejamento de médio prazo no Estado, posto que, se recorrente, poderá impactar de forma significativa nos compromissos rumo à universalização.

Um outro aspecto que fragiliza o saneamento no Estado, é o descompasso entre os Planos de Saneamento, que atualmente estão em elaboração¹ e o PPA. Enquanto instrumento ainda em fase de construção, os Planos de Saneamento não têm exercido o caráter norteador da política de saneamento, o que poderá repercutir em atraso de ações e investimentos necessários à universalização. Santos e Mendes (2023), ao discutirem o cenário nacional por meio do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab, alertam sobre a baixa interface entre este e o PPA, situação que é replicada no cenário local, que é ainda agravada pela ausência dos Planos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As ações desenvolvidas e os recursos aplicados no Estado ao longo dos últimos anos evidenciam uma crescente no planejamento estadual no que se refere aos investimentos no setor de saneamento. A análise do Plano Plurianual do Estado do Ceará, especialmente no que se refere ao Programa de Governo “Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural”, revela um esforço significativo do Estado em estruturar políticas públicas voltadas à universalização dos serviços básicos nas áreas rurais. Observa-se um avanço no campo do planejamento, com destaque para o aumento de investimentos previstos, a ampliação das ligações ativas no modelo de gestão SISAR e a incorporação de instrumentos e premissas modernas de gestão pública, como a intersetorialidade, a participação cidadã e a busca por desenvolvimento sustentável.

Entretanto, os dados analisados também evidenciam desafios persistentes e estruturais, especialmente no que diz respeito à baixa execução orçamentária e física das ações planejadas. A desarticulação entre o Plano Plurianual e os Planos estadual e microrregionais de Saneamento, ainda em fase de elaboração, representa um entrave relevante à efetividade das políticas públicas. A ausência de um instrumento orientador consolidado compromete a priorização de investimentos, a definição precisa de metas e a integração entre os diversos níveis e setores da gestão pública. Diante disso, torna-se necessário que o planejamento esteja mais próximo da realidade local e que as metas dos programas de governo estejam fundamentadas em dados concretos sobre o déficit de atendimento.

Ainda assim, o Estado do Ceará tem envidado esforços para alavancar os investimentos e ampliar o acesso ao saneamento, principalmente nas zonas rurais e comunidades mais dispersas. Para avançar de forma efetiva rumo à universalização dos serviços até 2033, conforme preconiza o Novo Marco Legal do Saneamento, recomenda-se:

1. Aprimorar a integração entre o planejamento estratégico e os instrumentos de planejamento setorial, promovendo a consolidação dos Planos Municipais e Regionais de Saneamento como referência estruturante para o PPA e demais instrumentos orçamentários.
2. Adotar mecanismos de governança interinstitucional permanente, que envolvam os diferentes órgãos executores, a sociedade civil e os atores locais, garantindo a continuidade, transparência e efetividade na gestão das ações.
3. Revisar e qualificar os critérios de alocação de recursos no âmbito do PPA, assegurando que as metas e indicadores estejam alinhados à capacidade de execução física e institucional dos entes envolvidos.
4. Fortalecer o modelo SISAR, ampliando o apoio técnico, logístico e financeiro para que o sistema possa expandir sua atuação com sustentabilidade e qualidade, principalmente nas comunidades mais vulneráveis e de difícil acesso.
5. Investir em capacitação técnica continuada para equipes estaduais e municipais envolvidas na execução dos programas, bem como modernizar os processos licitatórios e de licenciamento ambiental, principais gargalos apontados na execução dos projetos.
6. Aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação, com indicadores mais abrangentes que considerem não apenas a quantidade de ligações ou obras executadas, mas também aspectos de qualidade dos serviços, eficiência operacional e impactos sociais e ambientais.

Em síntese, embora os esforços do Estado do Ceará sinalizem um compromisso com a universalização do saneamento rural, é imprescindível superar os desafios de execução, fortalecer a base técnica e institucional dos programas e garantir que os instrumentos de planejamento dialoguem de forma mais coerente e integrada.

¹ O Plano Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Ceará (PAAES) e planos correlatos (planos microrregionais das microrregiões de água e esgoto) estão em elaboração, com previsão de conclusão em 2026.

Somente com ações coordenadas e sustentadas será possível cumprir as metas do Novo Marco Legal do Saneamento até 2033 e garantir o direito ao saneamento como elemento estruturante da cidadania e da justiça social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. O lugar do Plansab: uma contribuição ao aprimoramento das ações do governo federal no saneamento básico. *In*: Cadernos de Debates. Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab. Brasília: IPEA, 2023.

_____. Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. **Diário Oficial da União**: Seção 1, 16 jul. 2020. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 17.160 de 2019**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2020-2023. Disponível em: < <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/01/Lei-do-PPA-atualizada.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. de 2024.

_____. **Mensagem à Assembleia 2021**. Disponível em: <<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/03/Mensagem-a-Assembleia-Legislativa-2021.pdf>>. Acesso em: 06 de jan. de 2025.

_____. **Mensagem à Assembleia 2022**. Disponível em: <<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/MENSAGEM-A-ASSEMBLEIA-2022.pdf>>. Acesso em: 06 de jan. de 2025.

_____. **Mensagem à Assembleia 2023**. Disponível em: <<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2023/02/C8-211-22-Mensagem-a-Assembleia-2023-comp1408-ATT.pdf>>. Acesso em: 07 de jan. de 2025.

_____. **Plano Plurianual 2024-2027**. Volume I - Mensagem do Governador. Disponível em: <<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2024/01/PPA-2024-2027-Volume-I-MENSAGEM.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. de 2024.

_____. **Plano Plurianual 2024-2027**. Volume II - Texto da Lei. Disponível em: < <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2024/04/PPA-2024-2027-Volume-II-TEXT0-DA-LEI-E-ANEXOS.pdf>> . Acesso em: 11 de dez. de 2024.

_____. **Relatório de Desempenho Setorial**. Disponível em: < <https://www.cidades.ce.gov.br/relatorio-de-desempenho-setorial/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

UNESCO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2024**. Água para a prosperidade e a paz. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388952_por>. Acesso em: 12 de dez. 2024.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report – Special Edition**. New York, United Nations, 2023. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/>>. Acesso em: 12 de dez. 2024.